



Discurso de Posse

Novo presidente da AEBA convida para uma reflexão a respeito da conjuntura na qual nos encontramos e o papel da Associação nesse cenário.

Confira:

As palavras que direi nesse discurso, são algumas perguntas que deixo para reflexões para a crítica de todos: Qual conjuntura, a meu ver, aguarda a nova diretoria da AEBA? Quais tarefas nos aguardam nessa conjuntura? Quais ferramentas, princípios devemos ter em mãos para que essas tarefas possam ter possibilidades de êxito? Não trago respostas definitivas. Trago perguntas em aberto, onde sempre serão necessárias as atualizações dos seus questionamentos e, portanto, das próprias respostas, bem como, suas ampliações e retificações. Ao realizar essas tarefas, permanentemente, possamos nos guiar nesses tempos difíceis de luta.

De forma resumida, a conjuntura que vivemos nessa virada de década, apesar dos esforços feitos para baixar ainda mais o valor da mão de obra no mundo e no Brasil nesses últimos anos, ou seja, trabalho intermitente, redução dos custos de contratação ou demissão, redução dos salários diretos e várias formas de remuneração indiretas, do rebaixamento da qualidade ou o próprio fim de alguns benefícios sociais, da “Uberização” das relações de trabalho; mesmo que isso tenha contribuído para que a taxa de desemprego tenha arrefecido no Brasil e, no caso das principais economias, tenha atingido as menores taxas nos últimos anos, o que vemos é a manutenção da estagnação e baixo crescimento econômico, principalmente nas principais economias. Isso faz com que a disputa para saber quais grandes oligopólios sobreviverão, façam que os estados que estão sob sua direção direta comecem a mostrar os dentes na disputa pelas zonas de influência, rotas comerciais, reservas de matérias primas, etc. Ou seja, o que nos espera no mundo é mais ofensiva contra os trabalhadores para baixar os custos de suas mercadorias, para salvar os seus lucros e mais ameaças de guerra na disputa pela sobrevivência dos capitais.

Sobre isso, não podemos ter nenhuma ilusão. A maré ruim continua. O Brasil está inscrito como economia subordinada, dominada nesse sistema e pouco influi sobre o seu destino nessa realidade, portanto, acompanha essas tendências. O que para nós significa ou significou: reforma trabalhista, reforma da previdência, carteira verde amarela, privatizações, desmonte de serviços sociais e tantos outros flagelos. O destino do Banco da Amazônia reflete isso, nossos empregos e salários também.

Uma conjuntura como essa não é construída somente pelo impulso ou pela decisão dos capitalistas que disputam o mundo e os domina, ou muito menos por qual gerente se instalou na governança da máquina estatal sob esse poder, se tinham uns palavreados “socialistas” ou são abertamente liberais ou, até mesmo, profascistas, como é a moda de hoje. É feito também, e isso é muito importante, pelo recuo histórico das lutas dos trabalhadores já por várias décadas.

Há várias décadas se instalou sobre os trabalhadores uma verdadeira máquina de desorganização, desmobilização e domesticação das lutas. Há muito tempo os trabalhadores lutam com bandeiras que não expressam os seus profundos interesses. Uma máquina que trouxe como saldo político e ideológico para as massas de trabalhadores a luta individualista, no lugar de luta coletiva e da solidariedade, que abriu espaço para que os novos processos de trabalho pudessem isolar cada trabalhador do seu irmão ao lado, de incitá-los uns contra os outros por melhores avaliações, por cargos, por atingimentos de metas, etc, que desestimulou a solidariedade entre vários setores de classes, camadas e categorias de trabalhadores, que tornou os sindicatos e outras entidades em parte orgânica das empresas e do próprio estado.

Não poderia existir reestruturação produtiva, portanto, o novo estado da arte em exploração do trabalho, ou, ainda, ofensiva do capital sobre o trabalho, sem isso. Não poderia existir uma dose cavalariça de obscurantismo se não fosse o abandono da vida cotidiana nos locais de trabalho, das comunidades pobres, das escolas. Parte considerável desses espaços hoje ocupados pelo fundamentalismo neofascista, pelo crime paramilitar ou tráfico de drogas. Não poderia nos assombrar cotidianamente o fantasma do suicídio e dos outros adoecimentos oriundos da opressão e do isolamento em que vivem os trabalhadores também sem isso.

Mais do que a ofensiva do Capital que falamos acima, é isso que deve nos tomar mais tempo de reflexão e de ação. Não tem saída para os trabalhadores sem um combate radical contra essas políticas e suas ideologias. Não tem como resistir à ofensiva do capital sem reorganizar a luta sob outras bases, sem se desvencilhar deste entulho.

O inimigo está dentro de casa. Não dá para ganhar o mundo sem limpar a casa.

Organizar a resistência é a nossa tarefa nesses anos vindouros. Isso significa, no geral, se solidarizar com todas as lutas justas dos trabalhadores. Justas porque só podemos defender aquelas que reflitam o empoderamento das classes trabalhadoras e não dos seus inimigos, que eleve o seu nível de consciência para que se olhem como companheiros, irmãos, como coletivo que faz por suas próprias mãos e conhecimento a melhora de sua vida material e sua própria democracia.

De forma mais específica, enquanto AEBA, significa, por um lado, continuar e reforçar as bandeiras já defendidas pela entidade: Um salário isonômico entre os bancos baseados no salário mínimo calculado pelo DIEESE, manter a luta pelo compromisso do BASA com a saúde de todos os trabalhadores, ou o retorno do patrocínio à saúde ou um reembolso que, de fato, reembolse os gastos, para que os custos com a saúde dos empregados e seus familiares não prejudiquem tanto os salários como agora. Com uma aposentadoria capaz de restituir os anos dedicados ao trabalho pela instituição, que, para isso, tem que acabar com a novela de empurrar com a barriga os problemas da CAPAF, bem como, olhar para os empregados novos sem aposentadoria complementar. Respeito a todas as carreiras profissionais e respeito ao Quadro de Apoio. Não pode ter um PCS que não valorize e respeite todas as categorias do Banco, técnicos bancários, técnicos científicos e quadro de apoio. Combater o assédio moral não somente arrancando na luta mais cláusulas no Acordo de Trabalho sobre o assunto, mas, promovendo o acompanhamento desses problemas e organizando lutas específicas nessas demandas. Ampliar a fiscalização sobre horas extras não pagas. Iniciar com muito cuidado, com muita paciência, uma luta específica sobre adoecimento, encontrar formas de acolher, apoiar e defender os colegas das várias formas de sofrimento por motivos de trabalho. Ir além de cláusulas no Acordo de Trabalho sobre o combate às formas de opressão e construir a luta pelo respeito à diversidade de forma concreta nos locais de trabalho, organizando a autodefesa dos trabalhadores e trabalhadoras LGBTQs, negras e deficientes, etc. Todas as formas de preconceito: de gênero, etnia, social, religioso, etc. devem ser combatidos no concreto, caso a caso, e, a AEBA deve estudar como fazer, organizar essa luta.

Por um outro lado: Manter a AEBA na contramão das práticas sindicais pelegas e dos conchavos que usam os trabalhadores como moeda de troca. Reforçar a aliança com as poucas entidades que, nessa conjuntura, estão ombro a ombro conosco na resistência. Sem autopromoção, com humildade, apresentar nossas experiências e ouvir, respeitar e apoiar as lutas dos nossos aliados, aprender com elas. Nos somar a elas. Respeitar a autonomia para cobrar o respeito à nossa.

Dito o que penso, resumidamente, sobre a realidade que nos cerca e, um pouco de nossas tarefas, vem a pergunta: como fazer? Também, de forma sucinta, elenco alguns princípios:

Primeiro: tomar com seriedade o estudo das condições de trabalho, das lutas cotidianas, tentando fazer as perguntas corretas para retirar da realidade e do exemplo dos próprios trabalhadores, a direção política da luta. Não tem luta sem um estudo sério da realidade em que vivem e lutam os trabalhadores. Buscar não somente o conhecimento da nossa realidade imediata, mas os exemplos já sistematizados da história mais geral da luta dos trabalhadores.

Segundo: combater as ilusões com cargos na estrutura do estado e das próprias entidades de classes. Esses lugares não são o centro de gravidade da luta, são espaços importantes, mas subordinados à força da mobilização e organização dos trabalhadores, depender, principalmente, ou lutar somente por esses espaços, no lugar de trazer força e independência para os trabalhadores, submete e os desvia de seus interesses. Cargos são poderes limitados. Ilimitada é a força da luta dos trabalhadores quando estes se organizam e se mobilizam em torno de seus mais profundos interesses.

Terceiro: lutar a partir de nossas próprias forças. Devemos, primordialmente, contar com nossa mobilização, união, coragem e inteligência para atingirmos nossos objetivos. Todas as possíveis alianças e espaços de atuação devem ser utilizadas, sem que nunca dependamos somente deles. Somente a união e as decisões coletivas dos trabalhadores podem construir vitórias consistentes. Abandonemos a ilusão da luta travada pelos “representantes”, em lugar da luta dos verdadeiros interessados, de sua organização e de sua mobilização. Lutar com os trabalhadores e não por eles, por seus interesses manifestos na luta e não por ideias que não encontram eco nos próprios trabalhadores.

Quarto: Organizar e mobilizar os trabalhadores, permanentemente, a partir dos locais de trabalho. Promover, respeitar e se apoiar nos interesses imediatos, para que as reivindicações se ampliem e se aprofundem. Com paciência e insistência para atuar coletivamente: decidindo, organizando, agindo e corrigindo os passos na própria luta. Ações para combater o individualismo, o autoritarismo, o egoísmo e o corporativismo, bem como, toda manifestação de aventureirismo que transforme a luta coletiva na luta de pequenos grupos “exaltados” e isolados da grande massa de trabalhadores.

Quinto: Defender e promover os interesses dos trabalhadores e sua independência. Independência dos interesses que não são seus enquanto coletivo, o que necessita construir a democracia própria para que os trabalhadores possam fiscalizar, criticar e corrigir os seus próprios passos.

Sexto: Ter como papel da diretoria da AEBA o de manter, ampliar e preservar a AEBA como um espaço em que os empregados do banco possam, de forma coletiva, mandar. Se educar enquanto poder. Para isso, devemos servi-los da melhor forma possível para que se mobilizem e se organizem cada vez mais e melhor, de vontade própria.

Era o que eu tinha para dizer.

Gilson Afonso de Medeiros Lima

Presidente da AEBA



Sempre Em frente!